

**ÉRICA DA MAIA ALVES DA SILVA**

**A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**

Monografia apresentada ao curso de  
Educação Inclusiva, Setor de Psicologia,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Márcia Ramos de Sá  
Guimarães (Mestre)

Co-orientadora: Naura Nanci Muniz  
Santos (Mestre)

**CURITIBA**

**2004**

**ÉRICA DA MAIA ALVES DA SILVA**

**A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**

Monografia apresentada ao curso de  
Educação Inclusiva, Setor de  
Psicologia, Universidade Federal do  
Paraná.

Orientadora: Márcia Ramos de Sá  
Guimarães (Mestre)

Co-orientadora: Naura Nanci Muniz  
Santos (Mestre)

**CURITIBA**

**2004**

A Deus, primeiramente, a minha família por compreenderem minha ausência e a todos que de alguma forma me auxiliaram.

Dedico

*A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, essas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo.*

Paulo Freire

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	5
2.1 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	5
2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	7
<b>3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA</b> .....	10
3.1 ÁREA MENTAL.....	11
3.2 ÁREA VISUAL E AUDITIVA.....	15
<b>4 PANORAMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ARAUCÁRIA</b> .....	18
4.1 PESQUISA DESTINADA AOS PROFESSORES QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.....	18
4.1.1 Apresentação de Dados.....	18
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	28
<b>ANEXO</b> .....	29

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Formação dos Profissionais.....	18
QUADRO 2 – Pós-graduação.....	18
QUADRO 3 – Tempo de Atuação.....	19
QUADRO 4 – Local de Atuação.....	19
QUADRO 5 – Formação Continuada Proporcionada pela Mantenedora.....	20
QUADRO 6 – Participação da Formação Continuada.....	21
QUADRO 7 – Formação Inicial.....	22
QUADRO 8 – Assessoria com Profissionais Altamente Conceituados.....	23

## **RESUMO**

### **A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**

Análise por meio de dados levantados em pesquisa de campo sobre a formação dos profissionais que atuam no município de Araucária frente à Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares, bem como a formação continuada.

Palavras-chaves: ações – perspectivas – formação profissional – formação continuada

## INTRODUÇÃO

O homem é um ser de múltiplas dimensões e em cada um a aprendizagem se dá em tempos e ritmos diferentes. Portanto, pensar e agir para favorecer a inclusão é: “Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize<sup>1</sup>”.

Nessa perspectiva, entende-se que a formação continuada dos profissionais da educação deve perpassar as especificidades das deficiências e a legislação da Educação Especial.

É preciso conhecer o desenvolvimento (funções psicológicas superiores), fundamentado pela psicologia sócio-histórica, para organizar práticas pedagógicas coerentes com a concepção histórico-crítica, na perspectiva que, de fato, haja aprendizagem e desenvolvimento.

Diante da necessidade de trabalhar com os alunos inclusos e aceitar educar crianças com necessidades educativas especiais, há que se aprofundar os estudos quanto à formação inicial dos profissionais que atuam com o ensino fundamental regular que passa a atender em suas salas os alunos inclusos.

A Constituição Brasileira de 1988 no Art. 58 institui que a “educação é um direito de todos<sup>2</sup>”, e esse direito estende-se também às pessoas com necessidades educativas especiais, como direito a condições que favoreçam a aprendizagem, profissionalização e exercício da cidadania.

A atual legislação, a Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/96, as Diretrizes Curriculares da Educação e os pareceres 02/2001 e 02/2003 citam como obrigatórias, questões sobre a formação dos profissionais que atuam com alunos incluídos.

O conteúdo das Leis refere-se à capacitação e à formação de profissionais especializados, cabe então às mantenedoras educacionais prover cursos de formação continuada também no que se refere ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, para que os professores tenham

---

<sup>1</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Disponível em: [www.conteudoescola.com.br](http://www.conteudoescola.com.br). Acesso em 23 out. 2004.

<sup>2</sup> SABATOVSKI, Emilio; FONTOURA, Iara P; FOLMANN, Melissa. (Orgs.). *Constituição Federal - Especial para Concursos*. 7. ed. Curitiba: Juruá Editora.2004.

autonomia na resolução de situações cotidianas escolares, cuja complexidade e singularidade superam as condições de resoluções estabelecidas.

A educação para essas pessoas pode ser ofertada no ensino regular. No entanto, quando houver a impossibilidade, por apresentarem maiores dificuldades, deve ser oferecida nos centros especializados.

A escola inclusiva é a que recebe todos os alunos, adaptando-se às diferentes necessidades dos mesmos. Ela se reestrutura, assim como a sociedade, para atender às diversidades.

Na década de 90 discutiu-se uma nova visão em relação à educação inclusiva. Estados Unidos, Canadá, Espanha e Itália foram os pioneiros na implantação de classes e escolas inclusivas.

Segundo MANTOAN (1997), a inclusão:

*Questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, a noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado uma vez que o objetivo é um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos, a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera a necessidade de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral<sup>3</sup>.*

Pensar a educação inclusiva sob a premissa de incluir as pessoas com necessidades educativas especiais significa buscar a superação do paradigma da educação para integração, ou seja, aceitar e valorizar a diversidade, deslocando o foco da deficiência para a pessoa, isto é, o que prevalece é a pessoa e não as características que a diferenciam.

O Ensino Especial é caracterizado nos Cursos de especialização ou pós-graduação, o que justifica a necessidade de contemplar a formação dos professores que atuam com os alunos com necessidades Educativas Especiais de pré à 8.<sup>a</sup> série.

---

<sup>3</sup> MANTOAN, Maria Teresa Egler. A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate. In: \_\_\_\_\_. *Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectual*. Rio de Janeiro: WVA, 1997, p. 145.

A educação inclusiva nos sistemas educacionais de alguns países, como o Brasil, foi pensada para contemplar cursos de formação continuada de todos os profissionais da educação, a fim de que se conheça a deficiência mental, auditiva e visual, bem como a Legislação, as práticas coerentes que possibilitam a aprendizagem e também as práticas pedagógicas desafiadoras que contemplam os alunos com ritmos e tempos diferenciados de aprendizagem.

Para que não se gere a exclusão, nessa perspectiva, é necessário cumprir o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB), como sendo a educação inclusiva um “direito de todos”. Portanto a escola deve garantir o acesso à educação, a fim de dar condições de educar todas as pessoas para uma sociedade inclusiva.

Em Araucária, foco da pesquisa, a dificuldade que a grande maioria dos profissionais da rede municipal ainda tem a respeito da inclusão e da não exclusão, reforça a necessidade de ações que contemplem, na formação continuada, o acesso aos conhecimentos em todas as especificidades (DM, DA, DV, Legislação), o desenvolvimento e a aprendizagem para além dessas especificações.

Diante das dificuldades, ainda não sanadas, questiona-se como o Município vem tratando as questões da educação inclusiva, sob a ótica da formação dos profissionais da educação.

Araucária subsidia os profissionais das unidades educacionais no que se refere à inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais, para inseri-las no mundo da cidadania plena. Por isso, a Secretaria Municipal de Educação, representada pela Coordenação do Ensino Especial, busca repassar aos profissionais da educação a clareza dos direitos que todos os cidadãos possuem no âmbito do desenvolvimento das pessoas e das sociedades para o século XXI, levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, que têm apontado para as possibilidades de trabalhar em busca da superação da escola excludente.

Conhecer a formação e a capacitação dos profissionais da educação quanto à educação inclusiva nesse Município; aprofundar os conhecimentos relativos à educação inclusiva sob o aspecto da sua inclusão nos currículos universitários; averiguar se os profissionais que atuam em educação inclusiva têm acesso aos conhecimentos científicos atualizados na área, de forma a articular a teoria e a

prática; propor subsídios sobre a necessidade da formação continuada dos profissionais que atuam com a educação inclusiva, são as questões que serviram de base para a elaboração desse trabalho, bem como de pesquisa de campo.

## 2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

### 2.1 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Lei de Diretrizes e Base 9394/96 determinou no Art. 58 que “A educação de alunos com deficiência se dê preferencialmente na rede regular de ensino”. A partir daí, iniciou-se enfrentamentos no interior da escola e na sociedade sobre o processo de inclusão. Questionava-se e ainda questiona-se a aceitação da matrícula de alunos especiais, a falta de profissionais com formação específica e as dificuldades que surgem no dia-a-dia com esse aluno, pela falta de preparo para atuar com o mesmo.

Esse é um desafio posto e requer uma mudança de valores: uma sociedade que aceite a diversidade, sobrepuje a ordem e a ética “estigmatizante”. Para que isso se efetive é necessário a análise da dinâmica da escola pública, considerando o conjunto das relações e das correlações de forças que formam o todo social.

Nessa perspectiva entende-se que existe estreita relação entre o sistema educacional e a estrutura social vigente em que são vinculados os valores das classes dominantes, em detrimento dos interesses das camadas menos favorecidas da sociedade.

A inclusão motiva uma nova organização escolar, um redirecionamento de concepções postas que fundamentam as práticas pedagógicas, porque por meio dela torna-se excludente uma prática sustentada em princípios e valores que primam por uma homogeneidade centralizada em conteúdos e metodologias que destacam apenas o aspecto cognitivo.

A educação diante das contradições da sociedade tem o papel de fortalecer o real conceito de cidadania contrapondo-se ao projeto neoliberal, centrado no mercado, em políticas baseadas no mérito individual e na competitividade.

Entende-se que a escola cumprirá sua função trabalhando com a lógica de organização democrática, com sua prática educativa mais participativa e dialógica, dizendo sim à indignação diante de práticas segregadoras.

É preciso estar atento ao acesso irrestrito ao Ensino Fundamental, analisando o paradigma na qual está sustentada essa concepção e observar as alternativas paliativas que não sustentam uma proposta real de inclusão e de transformação.

Historicamente no Brasil as discussões aprofundaram-se mais a partir de 1996, porém, em nível mundial vem ocorrendo discussões principalmente a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizada em Salamanca – Espanha em 1994. A partir daí, enfatizou-se a necessidade da transformação do Sistema Educativo com o objetivo de atender a todas as crianças, jovens e adultos, contemplando suas características e necessidades individuais.

Entender que as diretrizes traçadas nesse documento remetem a reflexão e a importância de conhecer e aprofundar a análise do mesmo, como eixo a nortear as políticas públicas, no sentido de tornar todas as escolas inclusivistas, atendendo toda a comunidade, a fim de oferecer ambientes favoráveis para se conseguir as oportunidades iguais de plena participação e apoio nelas, de modo a suprir as garantias de educação eficaz e promover a “educação para todos”.

Em relação aos fundamentos legais que garantem o direito à inclusão, destacam-se:

- **Constituição Federal de 1988**

*O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:*

*Art. 208*

*III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.*

- **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069 – 13 de julho de 1990**

*Art. 54 – É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:*

*III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.*

- **Constituição do Estado do Paraná**

*Art. 179*

*IV – Atendimento educacional especializado e gratuito ao portador de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.*

- **Decreto n.º 3298 – 20 de dezembro de 1999 do MEC**

*Art. 24 – Os órgãos e as entidades da administração pública federal e indiretamente os responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objetos deste decreto, viabilizando sem prejuízo de outros as seguintes medidas:*

*I – A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino.*

Como se pode observar, o Brasil tem um arcabouço legal adequado para garantir a educação inclusiva.

O próximo tópico trata de como se deu até o momento o tratamento, na educação, do portador de necessidade educativa especial.

## 2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Somente na metade do século XX em diante conquistou-se o reconhecimento de direitos das pessoas com deficiências no Brasil. Várias iniciativas governamentais, com repercussão nacional, resultaram de esforços e influências de grupos de pressão que se destacaram nas políticas da educação especial.

Na cidade do Rio de Janeiro, o Imperador Dom Pedro II (em 1854) criou o Instituto Imperial de Meninos Cegos, marcando o início do atendimento educacional especializado no Brasil.

Em 1857, criou-se o Instituto dos Surdos-Mudos também na cidade do Rio de Janeiro, passando em 1957 a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines – atendendo a alunos surdos com idade de 7 a 14 anos.

Entre 1900 e 1950, no Brasil, quarenta estabelecimentos de ensino regular público prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais e outros com alunos de outras deficiências.

No Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte no ano de em 1929, destaca-se a criação de atendimento especializado na educação de alunos com deficiência visual, mais tarde também passa a atender, no instituto da Escola Estadual Pestalozzi, as crianças com distúrbios de conduta e deficiência mental sob a influência da educadora Helena Antipoff.

No entanto, a primeira Associação de Pais e Alunos Excepcionais (APAE) foi fundada no Rio de Janeiro, no ano de 1954, quando então passou a multiplicar-se nacionalmente e em 1999 já conta com 1600 entidades filiadas, tornando-se a Federação Nacional das APAES – FENAPAE.

A vigência da Lei 5692/71 – Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, LDB – motivou várias ações de dinamização da educação e amparo aos excepcionais.

O Art. 9.º previa: “tratamento especial aos excepcionais” enfocando o tratamento terapêutico das ações educacionais. Com o Decreto 72425/73 criou-se o

Centro Nacional de Educação Especial – CENESP – para atender as demandas de atendimento educacional especializado.

Como o CENESP era vinculado ao MEC, em 1986 ele é transformado em Secretaria Nacional de Educação Especial – SESPE – que conservou quase todas as estruturas do CENESP, passando a funcionar em Brasília, foi extinto em 1990 pelo Ministério de Educação, transferindo as atribuições da Educação Especial para a Secretaria Nacional de Educação Básica – CENEB – recriando a Secretaria de Educação Especial – SEESP – que em 1994 lançou a “Política Nacional de Educação Especial” – PNEE – consolidando princípios, objetivos, diretrizes e metas e apresentando uma revisão conceitual referente ao alunado e as modalidades de atendimento educacional.

Essa política também define a Educação Especial como “processo” de desenvolvimento global das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas, ou de altas habilidades que abrangem os diferentes níveis ou graus do sistema de ensino e se refere aos educandos geneticamente denominados de “portadores de necessidades especiais” que requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas, envolvendo atendimento de tais necessidades como serviços especiais à saúde, justiça, transporte e bem-estar social além dos educacionais.

A política adotada pelo MEC no entanto distanciou a Educação Especial da pedagogia, aproximando-a da psicopedagogia de sentido clínico e relegou os componentes administrativos e disciplinares determinantes no trabalho e organizações escolares, o mesmo ocorreu com a concepção adotada pelo Plano Nacional de Educação – PNE/MEC – que em 1997 transferiu o compromisso da educação Especial para os estados e municípios, deixando no entanto muitos municípios sem atendimento e as escolas que proviam a educação especial “mergulhadas” em falta de verbas e orçamentos para tal.

Mesmo a LDB (Lei 9394/96) que destinou um capítulo inteiro (CAPÍTULO V) específico a Educação Especial, ainda persiste como apêndice apartado da educação e da concepção inclusivista da Educação no Brasil, que ora se apresenta e caminha a passos lentos, visto que os responsáveis pela ação educativa inclusiva enfrentam todas as dificuldades para efetivá-la concretamente; as que estão alocadas principalmente na formação profissional, vontade política, discriminação

social que dificulta a aceitação das pessoas que necessitam de educação diferenciada, recursos técnicos e pedagógicos, enfim todos os tipos de barreiras que se aportam na educação com propósitos de incluir todos.

A educação com objetivos inclusivistas enfrenta grandes desafios e interrogações que nos levam a impasses, e para os momentos da ruptura e da transição a atual geração de educadores não poderá fugir das mudanças que tantos desconfortos trazem, não é somente no âmbito da educação que as rupturas estão ocorrendo, mas também no âmbito social, já que os modelos de sociedade, família estão cada vez mais alterados e isso reflete no interior das escolas, com os educadores procurando lidar com esses novos paradigmas, gerando novos desafios.

Na seqüência retrata-se a situação do município de Araucária.

### 3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL ARAUCÁRIA

O município de Araucária vem desenvolvendo ações para o atendimento a pessoas com necessidades educativas especiais desde o ano 1967.

Em 1992 foi inaugurada a Escola Municipal Joelma do Rocio Túlio, mantida pela Secretaria do Município, com objetivo de atender a todos os alunos com necessidades educativas especiais.

A Constituição Brasileira determina no Art. 205, que “a educação é um direito de todos” indiscriminadamente. No caso das pessoas com necessidades educativas especiais, o direito contempla as condições que favorecem a aprendizagem, a profissionalização e o exercício da cidadania.

A educação pode ser ofertada no ensino Regular, porém, quando não houver possibilidade, deve ser oferecido atendimento educacional especializado.

Atender a diversidade de alunos é um novo paradigma, bem como a aceitação das diferenças e a valorização dessa diversidade, princípio da educação inclusiva. Ela objetiva deslocar o foco da deficiência, para que prevaleçam as características que diferenciam o aluno nesse atendimento. Assim, considera-se que o indivíduo com necessidades especiais é um ser agente do contexto sociopolítico-econômico-educativo-cultural, devendo, portanto, ter oportunidade para junto com seus familiares e profissionais de educação prever ações, visando à inserção e conseqüentemente a inclusão escolar e social.

A escola inclusiva é a que recebe todos os alunos, adaptando-se às diferentes necessidades, reestrutura-se, assim como a sociedade, para atender as diversidades existentes.

A Constituição Brasileira (1988) em seu Art. 208 e a Lei de Diretrizes e Base – LDB 9394/96 no Art. 58, prescrevem atendimento educacional especializado aos portadores da deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino”. Entende-se por educação especial, para os efeitos dessas leis, a modalidade de educação escolar, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades educativas especiais”. Dessa forma, o aspecto legal contempla a inclusão, entretanto para que se efetive é necessário, em primeiro lugar, incluir aqueles que revelarem condições de interagir no nível a que se pretende seu ingresso no ensino regular.

Os critérios para essa inclusão devem ser elaborados por profissionais da área da Educação, pelos familiares e especialistas (formação na área da educação Especial) capazes de prever ações para que se implante essa proposta.

Além disso, é necessário promover um suporte que possibilite ultrapassar as barreiras, principalmente as atitudinais, postas pela sociedade, suporte esse de conscientização da sociedade, capacitação dos profissionais e dos familiares.

Em Araucária, as ações compreendidas não só na dimensão educativa, mas também sociocultural, têm o objetivo de favorecer o desenvolvimento de potencialidades e da participação na comunidade do aluno com necessidades educativas especiais e para isso conta com atendimento especializado para área de Deficiência Mental, Deficiência Visual e Auditiva.

### 3.1 ÁREA MENTAL

A área mental trabalha com as seguintes especificidades: Classe Especial, Sala de Recursos e Escolas especiais. As Classes Especiais, em número de 21, sustentam seu trabalho em função dos diferentes limites e possibilidades dos alunos. O planejamento do professor baseia-se nos mesmos conteúdos do ensino regular; contudo, a metodologia é diferenciada, visando produzir as mediações necessárias para o pleno avanço do educando.

A realidade que se materializa no contexto da classe especial aponta uma série de conflitos e impasses, pois dentro de uma mesma turma de Classe Especial atende-se a diversos níveis de escolaridade, envolvendo de pré à 4.<sup>a</sup> série. Apesar de cada turma ter no máximo 10 alunos, essa diversidade vem dificultando o desenvolvimento dos mesmos.

O trabalho exige planejamento individualizado, uma vez que cada aluno se encontra em condições distintas de apropriação de conhecimento, e considera-se que todos têm o direito de avançar e ampliar seus conhecimentos. O material escolar e didático para as classes especiais contém especificações para cada nível, nas áreas do desenvolvimento e do conhecimento.

A dinâmica de funcionamento da classe especial na escola regular permite o intercâmbio entre as atividades desses alunos e dos demais educandos, favorecendo o entrosamento entre profissionais e professores da classe especial com a classe comum.

A classe especial funciona na escola comum e objetiva a melhor adequação possível do ensino às necessidades do educando, visando ao desenvolvimento de suas potencialidades e sua inclusão na classe comum, permitindo atingir os níveis de aprendizagem que lhes sejam possíveis. Nesse enfoque, o tempo de permanência na classe especial é transitório, não ultrapassando o período de dois anos.

As Salas de Recursos têm a função de atender aos educandos de classe comum, cujo desenvolvimento educacional necessita de atendimento complementar individualizado ou em grupo. Esse atendimento se dá sob orientação de professor especializado, com vistas a trabalhar funções psíquicas ainda não estabelecidas, como por exemplo: atenção, memória, percepção, orientação espacial e temporal. O horário de funcionamento ocorre em turno diferente daquele da classe comum. O procedimento pode ser individual ou em pequenos grupos, de acordo com as características do alunado.

O trabalho do professor que atua na sala de recursos exige um planejamento em conjunto com o professor do ensino regular, visando ao desenvolvimento global dos educandos e à avaliação periódica/sistemática. São necessárias, também, a seleção e a disponibilidade de equipamentos e materiais didáticos especializados, assim como um cronograma de atividades que possibilitem o atendimento adequado aos diferentes grupos.

No que se refere às Escolas Especiais, o Município possui instituições especializadas ofertando um trabalho de acordo com as especificidades assim descritas:

- programa de estimulação precoce,
- séries iniciais do Ensino Fundamental
- ensino profissionalizante.

O encaminhamento para a escola especializada de alunos com deficiência mental, apenas se justifica em situações em que este não se beneficie em escola regular com relação às suas necessidades educacionais e/ou sociais.

Nessas escolas a Secretaria Municipal de Educação – SMED – procura viabilizar ações para adequação do espaço físico por meio da reposição, compra e manutenção de mobiliários e equipamentos mínimos necessários.

Das instituições especializadas, uma delas, a Escola Municipal Joelma do Rocio Túlio, presta atendimento a alunos com deficiência mental e dupla deficiência. Com vaga para 148 alunos de 0 a 16 anos de idade, inclui programas de estimulação precoce (0 a 3 anos). Essa estimulação busca um atendimento voltado à criança que apresenta problemas evolutivos decorrentes de fatores orgânicos ou ambientais (criança de alto risco), utilizando técnicas de intervenção aplicadas por uma equipe multidisciplinar composta por professores, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistente social, odontólogo, neurologista, pedagogo e a família, tendo por objetivo propiciar o desenvolvimento integral da criança.

Esse serviço especializado na Escola Joelma iniciou-se em 1993 com 15 técnicos nas áreas de – Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Assistência Social, Pedagogia, Neurologia, Odontologia, Auxiliar de Odontologia, Auxiliar de Enfermagem e Terapia Ocupacional. A partir daí, o trabalho realizado para efetivar as metas da Educação, habilitação e reabilitação foram significativas para os alunos da escola. Atualmente o quadro é composto por um psicólogo, dois fonoaudiólogos, dois fisioterapeutas, um auxiliar de fisioterapia, um assistente social, duas pedagogas, um neurologista, dois odontólogos, um auxiliar de odontologia, uma enfermeira, um auxiliar de enfermagem, um técnico de higiene bucal, um neuropediatra, um pediatra, uma coordenadora de saúde, sete atendentes, um auxiliar administrativo.

Outro programa ofertado nessa instituição é o de educação pré-escolar. Sua finalidade é atender a criança segundo o seu potencial e restringe-se àqueles que necessitam de atendimento globalizado em níveis mais elementares ou aos que possuem múltiplas deficiências.

Um trabalho também importante é o realizado com as mães, por meio da orientação de profissionais sobre as necessidades dos filhos e as possíveis intervenções em cada caso.

Os egressos da escola Joelma são encaminhados para outra instituição especializada, a Escola Especial Pe. José Anusz, que atende 117 alunos a partir dos 16 anos, com a finalidade de desenvolver as habilidades do educando através do trabalho de estimulação, habilidades acadêmicas, conceituação do trabalho na vida social, aquisição de condutas adaptativas e reeducação visual. A clientela atendida

possui deficiência mental leve, moderada, ou severa e com dupla deficiência. As atividades voltadas à essa clientela estão assim dispostas:

- Estimulação – busca-se atender os alunos com maior comprometimento na área física e mental, sendo alguns com dupla deficiência (mental e visual – mental e física) por meio de atividades de estimulação nas áreas motora, de comunicação, socioemocional, sensório-perceptiva e cognitiva, visando a aquisição de habilidades que permitam maior autonomia na vida diária.
- Estimulação, Escolarização e Iniciação ao Trabalho – atendendo os alunos que apresentam também um comprometimento acentuado, por meio de atividades com função social para o aluno, enfocando a autonomia que lhes permite um papel produtivo no grupo e aquisição de conceitos básicos.
- Escolarização e Iniciação ao Trabalho – para alunos que revelam um desenvolvimento mais elaborado, sendo possível um enfoque voltado para a escolaridade e iniciação ao trabalho.

São desenvolvidas atividades que os preparam os alunos para o trabalho e a vida social, incluindo passeios, saídas programadas a supermercado, apresentações artísticas de grupos de dança e de coral, grupos esses compostos pelos alunos da escola.

Essa entidade conta com serviços de Psicologia e Serviço Social que procuram desenvolver nas salas de aula acompanhamento nas atividades escolares.

A escola criou um clube de mães onde são confeccionados trabalhos manuais e simultaneamente é oportunizado a elas um momento de apoio emocional, juntamente com os professores, psicóloga e assistente social que as orientam sobre o desenvolvimento dos alunos.

Outra instituição especializada, Joana Belniak da Silva, é vinculada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que possui uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação no que se refere aos profissionais, proposta curricular e encaminhamentos, além de seguir a orientação da Federação Nacional das APAES.

Atualmente essa escola atende a 102 alunos matriculados na faixa etária a partir dos 14 anos. Seu objetivo é possibilitar ao educando equilíbrio, organização, autonomia pessoal e segurança no convívio social, tornando-o produtivo e participativo no lar, na comunidade e na sociedade.

Um fato que merece destaque são as parcerias com indústrias, empresas e Secretarias Municipais que permitem a colocação desses alunos no mercado de trabalho.

Dos programas que a escola desenvolve, salienta-se o de confeitos (ovos de chocolate e bombons) que atende empresas e particulares do município, além de jardinagem, horticultura, artesanato, culinária, costura, trabalhos caseiros e manuais.

Esses programas são desenvolvidos em forma de miniprojetos ao longo do ano para serem expostos em eventos, comercializando os produtos com o objetivo de adquirir novos materiais.

Ressalta-se a participação de alguns alunos da escola em curso de panificação, oferecido pela Secretaria Municipal de Trabalho, e a parceria com a Petrobras no aperfeiçoamento do curso de jardinagem.

A Escola realiza, também, projeto de curso profissionalizante junto à Federação das APAES, com recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT).

No que se refere à escolarização, os conteúdos básicos são trabalhados de acordo com o nível dos alunos, paralelamente aos programas, com vistas à informação e profissionalização dos mesmos.

### 3.2 ÁREA VISUAL E AUDITIVA

Os Centros de Atendimento Especializados têm como finalidade, prestar atendimento às pessoas com necessidades especiais nas áreas de deficiência auditiva e visual, possuem atendimento psicopedagógico, mantendo profissionais qualificados que desenvolvem e utilizam currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciados, apoiados em equipamentos e materiais didáticos específicos.

Compete aos Centros habilitar ou reabilitar a pessoa deficiente visual ou auditiva para o ingresso no sistema regular de ensino, complementar o atendimento prestado pelo ensino regular, promover a educação para o trabalho e apoio a profissionalização, realizar ações educacionais visando à reabilitação e avaliações

psicopedagógicas do educando e prestar orientações ao corpo docente envolvido no atendimento.

A organização e o funcionamento do atendimento educacional nos Centros passa por adaptações físicas e pedagógicas necessárias para atender às características pessoais do educando.

A área auditiva conta com Centro de Atendimento Especializado em Deficiência Auditiva (CAEDA), instalado em uma escola do ensino regular, destinada a alunos de diferentes escolas ou não escolares, que necessitam de atendimento especializado no âmbito da habilitação, reabilitação, avaliação diagnóstica, e encaminhamentos a programas educacionais compatíveis com suas necessidades e possibilidades.

O CAEDA que atende até dezesseis alunos de acordo com o grau da perda auditiva, oferta os seguintes programas:

- Estimulação Precoce;
- Pré I e II;
- Alfabetização;
- Apoio Escolar;
- Profissionalização;
- Descentralização;
- Desenvolvimento da fala;
- Musicoterapia.

A Área Visual conta com o Centro de Atendimento Especializado em Deficiência Visual (CAEDV) que atende a setenta e sete alunos e está instalado em uma escola do ensino regular. Também é destinado a alunos de diferentes escolas que necessitam de atendimento especializado e são desenvolvidos programas educacionais compatíveis com as suas especificidades:

- Educação Precoce;
- Apoio ao pré-escolar;
- Apoio à escolaridade;
- Educação Supletiva;
- Estimulação Essencial;
- Orientação e mobilidade;

- Atividades de vida diária;
- Pré-profissionalização;
- Reeducação visual;

A educação inclusiva deve ser entendida como alargamento de combate a suplantar as práticas de exclusão, assumindo-se contra a ideologia que quer cada indivíduo completamente isolado.

A inclusão tem em vista uma melhoria da instrução. Longe de ser uma disciplina marginal destina a encontrar metodologias para escolarizar um grupo relativamente restrito de alunos num quadro escolar clássico. Ela também constrói os fundamento de uma abordagem que poderá conduzir à transformação do próprio sistema.

Nessa perspectiva Araucária, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e o Departamento de Ensino Especial, assegura aos alunos com necessidades educativas especiais os programas que atendem os princípios básicos da educação inclusiva que realmente inclui o cidadão com plenos direitos a uma educação capaz de satisfazer suas necessidades.

#### 4 PANORAMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ARAUCÁRIA

Foi aplicado em profissionais que atuam no Ensino Fundamental (Pré a 8.<sup>a</sup> série) e no Ensino Especial um instrumento de investigação que objetiva coletar e analisar os dados referentes a formação inicial, formação, formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Inclusiva (sala de recursos, classe especial) sala regular comum e pedagogos.

##### 4.1 PESQUISA DESTINADA AOS PROFESSORES QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

###### 4.1.1 Apresentação de Dados

Os 44 profissionais atuantes da rede municipal entrevistados apresentavam a seguinte formação:

QUADRO 1 – Formação dos Profissionais

Magistério	14
Licenciaturas	24
Pedagogia	16
Total	44

QUADRO 2 – Pós-graduação

Com Pós-graduação em área específica a Educação Especial	05
Sem Pós-graduação	20
Total	25

Nota-se por esse quadro que a rede municipal conta com profissionais bem formados (licenciatura), mas o aperfeiçoamento quanto aos cursos de pós-graduação ainda são muito baixos, o que demanda investimentos na formação continuada dos docentes.

QUADRO 3 – Tempo de Atuação

Um ano	04
Mais de dois anos	02
Mais de cinco anos	06
Mais de dez anos	30
Total	42

Quanto ao tempo de atuação no magistério, 68 % já atuam como professores há a mais de 10 anos e 32 % e há menos de 5 anos ministram aula nas diversas modalidades, sendo o ensino regular o que abrange maior percentual, 65 %, os demais 20 % em classes especiais e 15 % em turmas de sala de recursos.

Nesse quesito a pesquisa demonstra que a grande maioria dos professores que atuam na rede já são profissionais do magistério há mais de 10 anos, o que talvez seja um dado considerável para ampliar as políticas de formação continuada aos docentes, visto que esses profissionais não foram formados dentro da nova exigência da legislação atual.

QUADRO 4 – Local de Atuação

Sala de Recursos	07
Classe Especial	09
Ensino Regular	29
Centro Auditivo	01
Escola Especial	05
Centro Visual	02

Dos pesquisados, conclui-se que a maior parte dos docentes atuam com o ensino regular.

É importante ressaltar aqui duas definições usadas nesta pesquisa: classes especiais são salas de aula destinadas especificamente para atender a grupos de alunos portadores de necessidades especiais. Atualmente, sua existência se justifica somente para os casos de flagrante gravidade e que impossibilite, quase por completo, a frequência do aluno a classes regulares.

Salas de recursos são ambientes que contam com atividades de natureza pedagógica, conduzida por professor especializado e que suplementa (na superdotação) e complementa (no caso dos demais alunos com necessidades especiais) o atendimento comum realizado em classes regulares. Esse atendimento pode ser individual, em grupos por escola ou grupamentos de alunos de várias escolas próximas.

QUADRO 5 – Formação Continuada Proporcionada pela Mantenedora

Contribui para a Prática	31
Contribui em parte	16
Não Contribui	01
Total	48

Em relação aos cursos ofertados pela mantenedora, há professores que julgam que a formação continuada não contribui para a melhoria das práticas docentes e que talvez seja importante fazer investimentos mais específicos na área de atuação de cada docente.

Sobre a formação continuada que a Secretaria Municipal de Educação oferta aos profissionais, entende-se que para a grande maioria contribui muito para aperfeiçoar a prática docente, outros apenas em parte e somente um dos entrevistados afirma que a formação continuada não contribui, haja visto que a mantenedora busca assessoria de profissionais altamente conceituados para proceder a formação continuada, além de que todos os níveis e seguimentos do ensino possui coordenações específicas.

O Município tradicionalmente realiza reflexões constantes quanto a prática educativa e processo de ensino-aprendizagem, quando oferta a Semana Pedagógica para os profissionais, e “Educação Inclusiva” é tema constante nessas reflexões, visto que há consenso quanto ao trabalho diferenciado a ser dispensado aos alunos com necessidades educativas especiais, ampliando a necessidade de que para realmente efetivar a prática inclusiva de educação para todos, é necessário investir na formação profissional adequada, e os profissionais atuantes com alunos de necessidades educativas especiais passem a reorganizar a prática docente, bem como por parte da mantenedora, implantar e fazer mudanças nos currículos de

modo a abordar de forma mais sistemática os processos de aprendizagem para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e conjuntamente os currículos possam oferecer condições de abordagem com aprendizagem significativa ao aluno e o profissional que atua com os alunos da inclusão conheçam realmente os parâmetros da educação inclusiva.

QUADRO 6 – Participação da Formação Continuada

Sempre nos cursos ofertados pela SMED	41
Nos cursos obrigatórios para exercício da função	01
Procura outras opções	26
Ofertados pelas instituições formais de educação	10

O que se observou é que a grande maioria dos docentes participam sempre dos cursos, mesmo os que não são ofertados pela instituição ainda procuram outras instituições formais.

É importante destacar aqui o trabalho realizado para os educadores do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Ensino Especial e Educação de Jovens e Adultos, na Capacitação dos professores através de diversos mecanismos como Semana Pedagógica, Seminários, cursos específicos nas diversas áreas e principalmente as horas-atividades coletivas por área e série, que permite ao professor acessar as mais variadas formas de interação entre os grupos de educadores.

QUADRO 7 – Formação Inicial (foi proporcionada, conteúdos referentes a educação inclusiva)

Magistério	35
Graduação	19
Pós-graduação	13
Curso de Educação Especial	Sim (08) Não (06)

Nesse instrumento interessou ao pesquisador tratar da formação inicial no período acadêmico do futuro professor, se havia abordado conteúdos sobre a questão da educação inclusiva, talvez até pela própria característica de muitos professores entrevistados possuírem mais de 10 anos de atuação no magistério e a legislação não mencionava abordagem de inclusão nos currículos universitários, o que passa a ser obrigatório na legislação da LDB – 9394/96 – que dedica um capítulo para a Educação Especial – o Capítulo V.

A Constituição Federal de 1988, prevê no Art. 205, “a educação direito de todos é dever do Estado”, as universidades passam a adequar seus currículos para cumprir a exigência legal da nova lei, que determina a inclusão, na graduação e preferencialmente nos cursos de pós-graduação com carga horária referente a Educação Inclusiva. Constatou-se que na formação inicial dos educadores foram proporcionados conteúdos que abordavam a questão da educação inclusiva e que as dificuldades naturais que os docentes possuem ao lidar com os alunos com necessidades educativas especiais é muitas vezes causada pela insegurança, receio e até mesmo a dificuldade de aprofundar os debates relativos a educação inclusiva, visto que em algum momento da formação o professor teve contato com a educação especial nos processos inclusivistas.

A inclusão é um aspecto importante que deve ser considerado como um fundamento essencial do processo da educação, como elemento que constitui a sociedade em geral. Veja o aspecto relativo ao “conhecimento”, todas as pessoas devem ter acesso ao conhecimento, papel que dá à escola a produção dos mecanismos educativos de acordo com as marcas da diversidade cultural de cada sociedade.

No entanto, os educadores desse Município entendem que o conhecimento deve trazer um grau de consciência superior em todos os níveis subjacentes do processo de inclusão, fato que a formação inicial dos docentes apenas se dá nos cursos de pós-graduação, isto é, para aqueles que mais recentemente estão voltando aos bancos escolares.

Nesse sentido é importante ressaltar que as redes educacionais públicas e privadas devem estar atentas a formação continuada dos educadores.

QUADRO 8 – Assessoria com Profissionais Altamente Conceituados

Contribuiu para a prática	36
Contribuiu em parte	09
Não contribuiu	0
Total	42

Quando perguntado aos docentes se a abordagem das assessorias com profissionais altamente conceituados (oferecidas pela SMED em Semanas Pedagógicas e Seminários) contribuem muito para sua prática docente em sala de aula, a maioria respondeu afirmativamente. No entanto para os professores que atuam com a educação especial há uma constante necessidade de abordagens específicas, bem como trabalhar em equipe, assistir ao professor da classe comum nas práticas necessárias à inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Institucionalizar de fato a Educação Inclusiva é um processo árduo, um desafio porque envolve mudanças substanciais de concepção de sociedade e de homem e até mesmo de educação. Nesse sentido, faz-se necessário mudar algumas atitudes cristalizadas em nome de outras sociedades o que obviamente não é tarefa fácil, pois essas barreiras vencidas irão sem dúvida beneficiar uma camada da sociedade que historicamente foi marginalizada e excluída da sociedade.

A Declaração de Salamanca ao propor linhas de ação para a Educação Especial, institui que: “Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educativas especiais em algum momento de sua

escolarização. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves<sup>4</sup>.

A tomada de consciência do abandono de todas as crianças e jovens devido a sua deficiência, pobreza e isolamento foi admitida como sendo prioridade em muitos países. Naqueles denominados em vias de desenvolvimento, para quem o empenho é particularmente difícil de sustentar são substancialmente apoiados por organizações de desenvolvimento internacionais no sentido de garantir uma educação para todos, pois as pessoas com necessidades educativas especiais também elementos chaves para o crescimento social e econômico duradouro de uma nação.

---

<sup>4</sup> *Declaração de Salamanca*, p 17-18.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como decorrência dos debates sobre a universalização da educação, que muito bem foi reforçada na Declaração de Salamanca pode-se dizer que há um consenso emergente de que as crianças e os jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos em escolas comuns, tal como a maioria das crianças, o que leva a escola inclusiva a desenvolver um conceito de pedagogia centrada na criança, de ser educado sucedidamente, inclusive as que possui desvantagens severas, como um desafio a ser enfrentado na escola como um todo.

As dificuldades de aprendizagem são elementos que estão presentes na educação básica e que geralmente leva os alunos a reprovações sucessivas e na maioria das vezes os educandos são colocados nas classes especiais ou mesmo em sala de recursos pedagógicos, tornando as salas de aula com percentuais elevados de crianças e adolescentes repetentes.

Dos professores que se submeteram a pesquisa a maioria, 68 %, atribui esse aspecto à defasagem que o professor traz da formação acadêmica relativa às áreas do conhecimento (conteúdos, encaminhamentos didáticos) e as áreas do desenvolvimento (psicológico, motor, visual) e até mesmo a dificuldade em detectar os distúrbios neurológicos apresentado pelos educandos.

Talvez um dos maiores problemas que originaram essa formação deficiente dos educadores está no aspecto das especificidades que a matriz curricular deve conter, com disciplinas e conteúdos que possam fundamentar os professores de forma global e conjuntamente todos os elementos e aspectos da aprendizagem e não somente aqueles conhecimentos que a sua disciplina irá ensinar.

Em muitos casos as licenciaturas possuem uma carga horária tão restrita da parte específica das disciplinas que não chega a colocar o aluno em contato com a realidade que irá atuar, acarretando assim a formação precária do futuro docente, tornado-o talvez uma das vítimas do sistema de aligeiramento pedagógico.

Outro aspecto a ser ressaltado é o que vem como resquício da Escola Tecnicista – o modelo de reproduzir a sociedade e as técnicas e esquecer que os educadores de modo geral vão atuar, como formação humana, pessoas que devem desenvolver o potencial criativo, presente na condição dos seres humanos.

No entanto desenvolver a forma técnica da reprodução e romper com esse paradigma é talvez o maior desafio para os educadores.

Para a Educação Inclusiva o preparar os profissionais que tenham a visão da educação para todos os alunos na escola, exige que a formação desses venha acompanhada de políticas inclusivistas e os profissionais que irão atuar no exercício da docência tenham plena consciência que a sociedade, principalmente a escola, é o caminho que tornará as pessoas incluídas em todas as áreas da vidas serem respeitados plenamente em seus direitos e assim constituir a cidadania plena.

Talvez a situação mais emergencial nesse aspecto seja investir na capacitação profissional dos docentes que já estão atuando com a educação básica e criar condições de políticas educacionais que visem cada vez mais a inclusão que é tarefa fundamental de todos os envolvidos com a educação.

A educação inclusiva hoje é posta como uma “vala” onde todos os educadores (em qualquer nível de atuação) devem estar profundamente mergulhados e comprometido com a intensificação do processo de inclusão que, a partir da nova LDB, sentiu necessidade de refletir em conjunto com os professores do ensino regular e de especial, assegurando o ensino público de qualidade para todas as crianças com ou sem necessidades especiais.

Na rede municipal de educação de Araucária, assim como em outros municípios do Brasil que se tem conhecimento, entende-se que o princípio básico da educação inclusiva apresenta um processo de atitudes afirmativas, buscando nesse processo de inclusão social e escolar um conjunto de políticas públicas de escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade enfatizando o atendimento a criança e ao jovem.

A educação para todos e a igualdade de direitos das pessoas com necessidades educativas especiais não são recentes. A proposta de que essas pessoas usufruam os mesmos bens e serviços sociais são idéias da década de 90, mas buscam ações concretas no sentido de se efetivarem na prática.

Araucária busca através do Departamento de Ensino Especial promover ações que viabilizem e instrumentalizem os docentes no sentido de concretizar a educação para todos.

A prática pedagógica transformadora exige do docente coerência entre sua maneira de ser e de ensinar. A coerência e a competência não são obtidas apenas

na freqüência a cursos, mas sim acrescidas a nova forma de intervenção na escola por meio de um dialogo constante entre a teoria e as experiências vivenciadas no espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Educação. *Plano Municipal de Educação do município de Araucária*, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. *A nova Lei de Diretrizes e Bases e a Educação Especial*. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto, *Lei de Diretrizes e bases da educação*. Lei 9394/96, MEC/SEF/SEESF– Brasília.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares, estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. MEC/SEF/SEESF – Brasília. 1998.

ESPANHA. *Declaração de Salamanca*. Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembléia Geral.

FONSECA, Vitor. *Da Educação Especial: programa de estimulação precoce*. Uma introdução às idéias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. *Caderno da Escola Plural – O especial na Educação*. Belo Horizonte, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. A inclusão escolar de deficientes mentais. Contribuições para o debate. In: \_\_\_\_\_. *Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectual*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

PARANÁ, Deliberação 02/03 – Sistema Estadual de Ensino/Normas para Educação Especial da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino do estado do Paraná.

SABATOVSKI, Emilio; FONTOURA, Iara P; FOLMANN, Melissa. (Orgs.). *Constituição Federal - Especial para Concursos*. 7 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

VERBENA MOREIRA, S.S. Lisita. *Formação de Professores*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.

<b>ANEXO – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO EM PROFESSORES QUE ATUAM COM ALUNOS INCLUÍDOS.....</b>	<b>30</b>
--	-----------

- 1 Indique sua formação:
- (      ) Magistério (Normal)
  - (      ) Magistério de formação pela CND (Curso de formação à distância)
  - (      ) Magistério Superior
  - (      ) Pedagogia
  - (      ) Pós-Graduação em Educação Especial
  - (      ) Licenciatura. Qual? \_\_\_\_\_
  - (      ) Outros \_\_\_\_\_
- 2 Tempo de atuação na Educação:
- (      ) Um ano
  - (      ) Mais de dois anos
  - (      ) Mais de cinco anos
  - (      ) Mais de dez anos
- 3 Quanto à formação continuada proporcionada pela mantenedora:
- (      ) Contribui para sua prática
  - (      ) Contribui em parte
- 4 Participa de programa de formação continuada?
- (      ) Sempre nos cursos ofertados pela Smed
  - (      ) Nos cursos obrigatórios para exercer a função
  - (      ) Procura outras opções
  - (      ) Ofertados pelas instituições formais de educação
- 5 na sua formação inicial foi proporcionado alguns conteúdos referentes à educação inclusiva? Comente.
- a) No curso de magistério
  - b) No curso de graduação
  - c) Nos cursos de pós-graduação
- 6 O município busca assessoria com profissionais conceituados. Para você, professor:
- a) Esse tipo de assessoria contribui para sua prática?  
(      ) Contribui                      (      ) Em parte                      (      ) Não contribui

- b) O processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais são diferenciados, exigindo do profissional uma reorganização de sua prática pedagógica de forma que eles aprendam. Para você, o que é necessário fazer para isso se efetive?
- implantar mudanças curriculares
  - fazer adaptações nos currículos
  - o profissional reorganiza sua prática
- 7 Para que a escola torne-se inclusiva é necessário que o conhecimento se dê:
- com aprofundamento superior em todos os aspectos subjacentes ao processo de inclusão
  - Domínio mediano com aprofundamento em algumas áreas
  - domínio elementar sobre os aspectos teóricos e práticos
- 8 Na educação básica as dificuldades de aprendizagem se caracterizam por:
- Deficiência no conteúdo de aprendizagem acadêmica
  - distúrbios neurológicos
  - defasagem nas áreas do conhecimento e desenvolvimento
- 9 os distúrbios de aprendizagem são caracterizados por:
- disfunção neurológica que envolve o déficit na escuta, leitura, grafia, ortografia, matemática
  - disfunção acadêmica oriunda do processo de alfabetização
  - deficiência na construção da relação numeral / qualidade
- 10 a educação inclusiva exige dos profissionais uma ampla visão do processo inclusivo de todos os alunos na escola, com profissionais capacitados, formados nas mais variadas áreas e níveis. Qual é o seu ponto de vista frente à inclusão?
- é automática
  - faz-se necessário implantar políticas inclusivas
  - exige formação / qualificação dos profissionais
  - e tarefa de todos os envolvidos com a educação